

AS RELAÇÕES MILITARES BRASILEIRAS DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Fernando da Silva Rodrigues¹

Este artigo tem por objetivo realizar uma breve análise de uma parte do processo de construção do pensamento doutrinário no Exército Brasileiro, tomando por base as suas relações militares durante os anos 1930 e 1940, principalmente, a partir da chegada da Missão Militar Americana (MMA) em 1934 que foi aos poucos substituindo o pensamento doutrinário alemão e o francês até sua consolidação com o final da Segunda Guerra Mundial. Pretendemos ainda, analisar as relações militares de compra de material bélico do Brasil com a Alemanha, a partir de 1939 até 1942, e as relações militares com os Estados Unidos, a partir da implantação de duas Comissões Mistas de Defesa (uma em Washington e outra no Rio de Janeiro) em 1942.

Nesse momento não é nosso objetivo analisar o envio de uma Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao Teatro de Operações do Mediterrâneo, como parte da principal atividade conjunta da relação político-militar entre Brasil e Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial. Nem tampouco analisar as tensões políticas e militares resultantes do processo de envio da FEB à guerra, desde as resistências iniciais de americanos e ingleses, a dependência material e doutrinária da unidade combatente brasileira, até a complexa rotina de relações entre os comandos do V Exército norte-americano e da FEB, na Itália.

No final dos anos 1930 e início dos anos 1940, o contexto político mundial poderia representar o perigo de alinhamento ou cooperação de nações latino-americanas ao regime nazi-fascista da Europa. Dentro dessa perspectiva, percebemos uma disputa velada entre a Alemanha e os Estados Unidos da América, pela venda de material bélico, o que poderia representar na aproximação e no alinhamento direto com o Brasil, um Estado forte e

¹ Doutor em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Severino Sombra, Professor do curso de Graduação da UNIABEU Centro Universitário e Pesquisador do PROAPE/UNIABEU.

estrategicamente importante no contexto político e geográfico do continente sul-americano e do Atlântico Sul.

A disputa ocorria no campo da aquisição de material bélico; da formação doutrinária do Exército, e da modernização da estrutura militar de ensino.

No entanto, uma análise mais profunda sobre o fato histórico pode revelar que houve um fechamento de olhos das autoridades norte-americanas em relação as atividades estabelecidas entre o Brasil e Alemanha. Essa atividade pode ser percebida como um mal menor, pois, naquele momento, interessava mais os objetivos políticos dos Estados Unidos, que visavam a consolidação de seu sistema de poder na região através do incentivo a união dos países americanos.

Por outro lado podemos dizer que Vargas teria aguardado o desenvolvimento do conflito para comprometer o Estado no momento certo, ao lado do possível vencedor, como expressão de autonomia política de seu governo.

Teoricamente, a guerra total torna a capacidade de autonomia política dos Estados periféricos mais limitados. No entanto, nessa situação de conflito aumenta as possibilidades de barganha dos Estados mais fracos, negociando seus alinhamentos antes que as grandes potências estivessem em condições de impô-los. É neste momento que se abre o espaço necessário para estabelecer melhores negociações entre Estados assimétricos. O maior objetivo do Estado periférico nesse momento é a busca de seus interesses nacionais. Estes tentam maximizar a probabilidade de alcançar seus objetivos, não importando os meios utilizados para isso.

Com relação a produção bibliográfica sobre o envolvimento do Brasil e sua política externa durante a Segunda Guerra Mundial, a pesquisa mostrou que é bastante extensa. Dos autores que estudados, podemos destacar a obra do brasilianista, Frank Mc Cann², que priorizou aspectos conjunturais como forma de explicar o envolvimento do Brasil no conflito. Mc Cann estudou o Brasil sob um ponto de vista estritamente doméstico, onde a cultura política das

² MC CANN, Frank D (1995). *A Aliança Brasil – EUA, 1937 a 1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

elites brasileiras interagiam com a cultura política das elites estrangeiras, sendo que estas relações tornaram-se o objeto básico para se entender a política externa brasileira.

Frank McCann tem como eixo principal de sua análise as relações político-militares do Brasil com os Estados Unidos principalmente durante a Guerra.

Em Gerson Moura³ o destaque é dado aos fatores estruturais, inseridos no sistema internacional, que delimitam as opções e o campo de ação da política externa dos países.

Sua abordagem teórica é bastante complexa, utilizando uma bibliografia específica do campo das Relações Internacionais, e de análise e descrição da Política Externa do Brasil na época.

A obra é extremamente importante, pois, conjuga as influências sistêmicas com fatores conjunturais, de política interna.

Outra obra destacada mostra o quanto o envolvimento de países periféricos num momento de guerra total é explicado mais por condições do sistema internacional em guerra, do que por suas decisões autônomas de participação no conflito.

Nesse caso temos o trabalho de Vagner Camilo Alves⁴ que contribui no somatório das excelentes produções bibliográficas sobre as relações internacionais e política externa do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Podemos destacar na obra o ângulo de análise que utiliza para observar o processo de envolvimento brasileiro no conflito. O argumento utilizado enfatiza o papel estruturante da guerra total.

Seu trabalho dialoga com os argumentos desenvolvidos em estudos como os de Gerson Moura e Frank Mc Cann, que tratam de fatores internacionais e internos na formação da política externa brasileira nos anos 1930 e 1940.

³ MOURA, Gerson (1980). *Autonomia na Dependência: a Política Externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

⁴ CAMILO, Vagner (2002). *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*. Rio de Janeiro: PUC-RJ; São Paulo: Loyola.

Sua contribuição é bastante inovadora, ao situar o poder de barganha do Brasil com os Estados Unidos no tempo e no espaço, pois, a vitória alemã sobre a França em 1940 inaugura um novo cenário estratégico. Com relação a defesa continental, o Brasil ganhava importância em vista de seu litoral nordeste, visto como ponto para uma possível invasão alemã no continente, ou seja, esse poder de barganha é circunstancial, relativo à conjuntura específica de uma determinada fase da guerra e do peso estratégico do Brasil diante dos objetivos norte-americanos.

A chegada da Missão Militar Americana

Em 1934, foi contratada uma MMA composta por três oficiais, chefiada por um oficial especializado em Artilharia de Costa. Sua atuação se deu primeiro, na criação do Centro de Instrução de Artilharia de Costa⁵ (CIAC), com sede na Capital Federal, no Forte da Vigia, sendo que provisoriamente, sua sede passou a ser a Fortaleza de São João, nas dependências do 2º Grupo de Artilharia de Costa⁶; e segundo, na Escola Técnica do Exército⁷ (ETE).

O contrato com a Missão Militar Americana foi renovado, em 12 de novembro de 1936⁸, nesse momento para cooperar com o Estado Maior do Exército brasileiro, atuando junto a Inspetoria de Defesa de Costa⁹, e com Oficiais do Exército brasileiro, no desenvolvimento e funcionamento do Centro de Instrução de Artilharia de Costa, além de superintender os seus cursos e auxiliar a instrução. A Missão, chefiada pelo General de Brigada *Allen Kimberly*

⁵ AHEx. Boletim do Exército N. 06, de 31 de janeiro de 1934. Publica o Aviso Ministerial N. 78, de 30 de janeiro de 1934.

⁶ AHEx. Boletim do Exército N. 10, de 20 de fevereiro de 1934.

⁷ A antiga Escola de Engenharia Militar criada em 1930, que funcionava na rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, mudou de nome, em 1933, para Escola Técnica do Exército, e em 1934 foi instalada na rua Moncorvo Filho, no Centro do Rio de Janeiro. Em 1942, a sede da ETE foi transferida para o atual prédio do Instituto Militar de Engenharia (IME), na Praia Vermelha.

⁸ *Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército* (1996). Compilado pelo Coronel Diniz Esteves. Brasília: Edição do EME, p. 212-213.

⁹ A Inspetoria da Defesa de Costa instituída pelo decreto N. 24.287, de 24 de maio de 1934, tinha suas funções acumuladas com as do Distrito de Artilharia de Costa da 1ª Região Militar. Assunto completamente novo no Brasil, mal codificado ou apenas em ensaio em outras nações mais velhas em atividades bélicas. A questão profissional foi encaminhada para os Estados Unidos, através do contrato de uma Missão Militar em 1934, renovado em novembro de 1936. Pela grande dimensão de seu território, limitado por um enorme litoral marítimo de configuração multiforme, servida de inúmeros portos e importantes vias fluviais, os Estados Unidos se colocava em condições de aperfeiçoar um estudo completo e variado sobre o uso da Artilharia de Costa, que serviu aos interesses do Exército brasileiro.

(EUA), tinha também, a seu cargo os cursos de Fortificação Permanente e Guerra Química, na Escola Técnica do Exército (ETE), onde deveria auxiliar as respectivas instruções.

A Inspetoria da Defesa de Costa procurou uniformizar a instrução dessa especialidade da Artilharia em todo o Brasil. O problema de direção de fogo foi solucionado com a atuação direta do Capitão W. D. Hohenthal, em 1935, da MMA, com a invenção de um sistema de direção de fogo que foi oferecido ao Exército brasileiro¹⁰.

O aparelho foi construído em uma oficina de precisão do CIAC, apresentando bons resultados na aplicação do exercício de tiro real, sobre alvo móvel, realizado pelo Forte de Copacabana.

Em 1936, o CIAC foi considerado pelo Alto Comando da Artilharia e pelo próprio Ministro da Guerra, General de Divisão João Gomes Ribeiro Filho, fonte irradiadora dos modernos conhecimentos, condição obtida com a contratação da MMA. No relatório do Ministério da Guerra de 1936, observasse a admiração do relator com os resultados obtidos e o desempenho da MMA no ano de 1935, no que diz respeito a transmissão de conhecimentos profissionais e no fortalecimento dos laços de amizade entre os militares dos dois países.

No CIAC funcionavam três cursos: curso de comando para Oficiais superiores; curso de Capitães e Oficiais subalternos; e o curso de aperfeiçoamento para Sargentos. O primeiro tinha por objetivo formar a direção das unidades de Artilharia de Costa; o segundo, formar os Oficiais comandantes das Baterias e linhas de tiro das unidades de Artilharia de Costa; e o terceiro, formar os Sargentos comandantes de seção de tiro das unidades de Artilharia de Costa.

No entanto, a influência norte-americana começa a ser sentida com maior intensidade a partir de 1939, principalmente, no momento em que já está em andamento a Segunda Guerra Mundial.

Conversações secretas e ostensivas são mantidas por interesses diversos do governo dos Estados Unidos da América e do Brasil, como o caso das relações militares estratégicas, envolvendo o estabelecimento de bases

¹⁰

AHEX. Relatório do Ministro da Guerra de 1936.

militares no norte e nordeste brasileiro, com o objetivo de dinamizar a defesa ao sul do continente americano.

São iniciadas também, negociações para o estabelecimento de um convênio militar entre Brasil e Estados Unidos, pelo qual são enviados oficiais brasileiros para aperfeiçoarem seus conhecimentos profissionais¹¹, como também são realizadas visitas de oficiais brasileiros do Alto Escalão para conhecer a organização do Exército dos Estados Unidos, assim como recebemos a visita de oficiais do Alto Escalão daquele Exército.

Com relação a essa aproximação entre os dois países, podemos destacar a visita da Delegação Militar dos Estados Unidos, no período de 14 a 23 de novembro de 1939, chefiada pelo General Delos C. Emmons, que trouxe sete Fortalezas Voadoras (Bombardeiros B-17), representando o governo e o Exército norte-americano nas festas comemorativas do cinquentenário da Proclamação da República. Ou o caso da visita de uma Delegação Militar Brasileira, chefiada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, destinada a retribuir a visita da Delegação Militar norte-americana, chefiada pelo General Marshall, no período de 25 de maio a 07 de junho de 1939¹².

Segundo Jehovah Motta¹³, a ida desses Oficiais aos Estados Unidos, com o decorrer do tempo aumentou o entrosamento entre os integrantes dos dois Exércitos, pois no retorno esses Oficiais traziam novas idéias sobre a organização, armamento, currículos, mas principalmente padrões e estilos de trabalhos e de convivência militar.

No relatório de 1937, o General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra analisa a situação do Exército brasileiro em relação ao aparelhamento de material bélico. O ministro relata ao presidente da república o problema relacionado a falta de armamento, articulando sua discussão a necessidade de um Estado nacional condicionar suas ações políticas ao poder das armas que

¹¹ AHEx. Decreto-lei 1.776, de 17 de novembro de 1939, que autoriza o Ministro da Guerra a enviar, aos Estados Unidos da América, oficiais do Exército brasileiro para aperfeiçoarem seus conhecimentos profissionais.

¹² AHEx. Relatório do Ministério da Guerra de 1940, p. 40.

¹³ MOTTA, Jehovah (1998). *Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, p. 299.

possui, não por ambição, nem por simples domínio hegemônico no continente, mas, para salvaguardar o respeito dos outros países. Segundo o General Dutra, o Brasil não deveria contar com a confiança da possível cordialidade internacional. Destaca ainda, a necessidade de se quebrar a dependência estrangeira, criando-se indústrias militares nacionais para suprirem a necessidade interna por material bélico de qualidade.

O General Dutra, Ministro da Guerra, destacou mais uma vez no ano de 1942¹⁴, o problema de material do Exército Brasileiro, relacionado, principalmente, com a necessidade da fabricação nacional dos nossos materiais de guerra. Articula a questão do material bélico com a necessidade de grande esforço na organização nacional, que estimulasse o progresso geral. Destaca no seu relatório, o patriotismo sadio do povo brasileiro e a riqueza de matéria-prima existente no território.

A produção historiográfica sobre o tema discutido nesse estudo¹⁵ identifica o desenvolvimento e as atividades dos regimes autoritários na Europa como o pontapé para que os Estados Unidos desse maior ênfase aos seus preparativos para uma provável nova Grande Guerra. No contexto de uma política internacional para as Américas, o Departamento de Estado Norte-Americano faz nova avaliação da política da “Boa-Vizinhança” com a América Latina, em termos de colaboração militar. Política baseada no princípio da defesa que inclui não só o território continental dos Estados Unidos, mas também o Caribe; o Alasca e a Terra Nova, ao Norte; e o Nordeste brasileiro e as ilhas Galápagos ao sul.

Diante desta política de defesa continental, o governo norte-americano necessita de mais bases militares, em países estratégicos, que seriam adquiridas a partir de tratados bilaterais especiais. Informalmente, os chefes da defesa dos Estados Unidos preparam planos unilaterais de ocupação dos países estratégicos, caso as propostas diplomáticas falhassem ou houvesse grandes interesses americanos na manutenção da paz interna continental.

¹⁴ AHEx. Relatório do Ministério da Guerra de 1942.

¹⁵ CONN, Stetson e FAIRCHILD, Byron (2000). *A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental. O exército dos EUA na Segunda Guerra Mundial*. Tradução de Luis César Silveira da Fonseca. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, p. 23-24.

No princípio a estratégia elaborada não previa a participação conjunta de tropas latino-americanas e dos Estados Unidos num conflito aberto, sendo os primeiros responsáveis apenas pela defesa do hemisfério, com a contribuição dentro das suas escassas possibilidades, questão que evoluiu posteriormente, com a participação brasileira na guerra.

Com relação ao reconhecimento da importância da América Latina para aquele momento, o Secretário de Estado Norte-Americano Cordell Hull determina a reorganização das seções latino-americanas do Departamento de Estado. Cria-se em 1938, uma Divisão de Repúblicas Americanas que absorveu a Divisão de Assuntos Latino-Americanos e Mexicanos, que coopera com outros órgãos do governo para estabelecer uma boa relação entre os Estados Unidos e a América Latina.

Segundo Frank D. McCann¹⁶, o presidente Roosevelt deu, em fevereiro de 1938, o primeiro passo ao determinar recursos para constituir uma comissão interamericana para estabelecer uma política de transmissões radiofônicas internacionais que visassem equilibrar, via ondas curtas, a propaganda nazista e em junho é criada a Divisão de Relações Culturais do Departamento de Estado para incentivar cooperação intelectual. Em pouco tempo, as grandes redes norte-americanas tinham permissão, da Comissão Federal de Comunicação, para transmitir programas em ondas curtas em português e espanhol. Com subsídios do governo, empresas de transporte inauguraram um serviço regular de linhas a vapor de passageiros para o Rio de Janeiro e Buenos Aires. Tão confortáveis quanto os navios alemães que circulavam na costa do Atlântico Sul. A companhia oferecia tarifas especiais a professores e alunos, que fossem passar um ano no país de destino.

A partir de 1938, o Departamento de Estado¹⁷ norte-americano determina a prestação de ajuda militar a fim de fortalecer os laços de amizade entre os Estados Unidos e a América Latina, lançando as bases de uma cooperação militar e naval mais próximo de uma realidade de contrapor as investidas nazistas. A cooperação consistia no treinamento de militares latino-americanos

¹⁶ MC CANN, Frank D (1995). *A Aliança Brasil – EUA, 1937 a 1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, p. 92.

¹⁷ Ibid, p. 93.

em escolas das Armas nos Estados Unidos; realização de vôos freqüentes de demonstração das aeronaves americanas e visitas aos navios de guerra; convites a oficiais latino-americanos de alta patente para visitar os Estados Unidos; fornecimento de publicações das Forças Armadas dos Estados Unidos para Bibliotecas militares e a designação de mais adidos militares e navais para o continente americano. Todos esses itens estavam vinculados ideologicamente à questão da solidariedade interamericana, de interesse dos Estados Unidos.

No entanto, o centro de uma discussão para as questões militares, dizia respeito ao envio de armamento moderno, o que tanto desejavam os países latino-americanos, e que poderia gerar o desequilíbrio de poder na América Latina. Além disso, o suprimento de armas, pelos EUA, em que era fundamental a cooperação militar, tinha vários obstáculos à sua realização, tais como: legislação restritiva; incapacidade das indústrias bélicas norte-americanas de produzirem a preço e condições de pagamento viável aos países latino-americanos.

O preço e a capacidade de pagamento fizeram com que países latino-americanos, a exemplo do Brasil, decidissem voltar seu interesse para a compra de armamento na Europa, principalmente na Alemanha.

As relações militares entre Brasil e Alemanha (1938-1942)

Em vinte e cinco de março de 1938, uma Comissão Militar Brasileira, firmou contrato de aquisição de grande quantidade de material de Artilharia de Campanha¹⁸, da Alemanha, no valor de 8.281.383 libras esterlinas. O contrato deve ter sido considerado pelos especialistas militares da época e pela perspectiva do momento, de que a Alemanha estava em melhores condições para o fornecimento do material. O contrato fora assinado com autorização do Presidente do Brasil, entre o Ministério da Guerra e da Fazenda e a firma Fried. Krupp A. G. de Essen, Alemanha, para o fornecimento de material de Artilharia ao Exército brasileiro, e foi classificado como “Absolutamente Secreto”, sendo

¹⁸ AHEx. Acervo do EME. Comissão Militar Brasileira em Essen, Alemanha. Contrato publicado pela Imprensa Militar do Rio de Janeiro em 1938.

que, uma das cláusulas, proibia a divulgação do conteúdo do contrato para outras potências.

O resultado desse contrato foi o envio de uma Comissão Fiscalizadora para receber, realizar experiências e ensaios com o material na Alemanha. Além disso, ao analisar os registros militares do Coronel de Artilharia Anôr Teixeira dos Santos¹⁹ do Segundo Semestre de 1940, observasse que fora designado para chefiar a Comissão Militar Brasileira de *Essen*, na Alemanha, para observação e compra de material bélico.

Em 8 de setembro de 1940, a comitiva partiu para Berlim a fim de se apresentar na embaixada brasileira na Alemanha, sendo que no dia 25 de setembro já estavam na cidade de *Meppen* com a finalidade de assistir provas de tiro e realizar o recebimento de canhões de campanha de 75 mm. No dia 10 de outubro seguiram para a cidade de *Weimar*, para visitar as instalações da Fábrica *Gustloff-Werke* e no dia quatro de novembro foram para Frankfurt para visitar instalações da Casa *Matra-Werke* e assistir à recepção de reboque-oficina. Em 11 de novembro foram para a cidade de *Kassel* com o objetivo de visitar as instalações *Henschel-Werke*, e de 26 de dezembro a 31 de dezembro de 1940, ficaram em *Munich* visitando às instalações da Fábrica *Krauss & Maffei*.

No ano de 1941, a comitiva permaneceu em Berlim do dia primeiro de janeiro a seis de janeiro, em visita às instalações da Casa *Siemens-Schuckert*, e tratando de interesses da Comissão, junto à Embaixada do Brasil. Em 31 de janeiro chegaram em *Celsenkirehen* para assistir à recepção das viaturas-munição para material de artilharia 75 mm, regressando em 21 de abril para *Meppen*, para verificar as provas de tiro com os protótipos do obuzeiro de campanha 105 mm, e do canhão de campanha 105 mm. Em 11 de agosto, novamente a Comissão estava em *Meppen* para assistir agora as provas de tiro dos protótipos dos obuzes de campanha 150 mm, e 105 mm.

Somente em 29 de janeiro de 1942, sabendo por intermédio da Embaixada do Brasil sobre o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha, foi que a Comissão Militar Brasileira em *Essen* suspendeu os

¹⁹

AHEX. Registros do Chefe da Comissão Militar Brasileira, Coronel Anôr Teixeira dos Santos.

trabalhos e mandou encaixotar os arquivos do grupo que ficou sob a guarda da Casa *Krupp*. Como podemos perceber essa intensa relação comercial entre Brasil e Alemanha com o objetivo de observar e comprar material bélico ocorria em pleno desenvolvimento da Segunda Guerra Mundial, pois somente após o rompimento da relação diplomática, foi que a Comissão retornou ao Brasil.

Além dessa tensão no continente americano, verificasse a tentativa de cooptação das nações estrangeiras, como foi o caso analisado através do ofício Reservado de 09 de janeiro de 1942²⁰, do Chefe do Estado-Maior do Exército Brasileiro ao Ministro da Guerra, relatando que foi procurado pelo General Major *Niedefuher*, Adido Militar à Embaixada alemã, no Rio de Janeiro, reclamando amistosamente das publicações na imprensa do Brasil, que o dava como Chefe da Quinta Coluna na América Meridional, ou relatando que o Coronel *Naokata*, Adido Militar à Embaixada do Japão, apresentou ao EME boletins sobre resumos de operações de guerra no Pacífico, com os resultados obtidos desde o rompimento das hostilidades nessa área, fornecido pelo Quartel General Imperial de Tóquio.

Podemos entender pelos acontecimentos do período que existia uma grande preocupação dos Estados Unidos da América com as possíveis alianças e ataques dos países do Eixo ao continente americano, fato observado através do ofício Reservado de nove de janeiro de 1942²¹ em que o Chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro comunica ao Ministro da Guerra, que foi procurado pelo Brigadeiro-General (EUA) *Lehman Miler*, Adido Militar à Embaixada dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro, que o fez ciente do desejo do General *Marshall*, Chefe do Estado-Maior (EUA), de que fosse estabelecido um sistema de vigilância preventivo na região amazônica do Rio Branco, semelhante ao que já havia sido conseguido na Venezuela, Colômbia e Guianas, pelo receio de se preparar por agentes dos países do Eixo atentados ou mesmo ataques à Zona do Canal do Panamá. O adido norte-americano solicitava ainda, informações sobre a região mencionada, sobre campos de aviação e transporte de gasolina, e permissão para um avião dos Estados Unidos fosse até lá em exploração.

²⁰ AHEx. Acervo da FEB. Documentos da Guerra, de 1939 – 1942.

²¹ AHEx. Acervo da FEB. Documentos da Guerra, de 1939 – 1942.

De volta aos braços do Tio Sam

Com relação às Relações Diplomáticas, podemos perceber que o alinhamento dos países da América Latina se consolidou na Conferência do Rio²², realizada entre 15 e 28 de janeiro de 1942 quando se atingiu o ponto máximo dos esforços norte-americanos com relação à coordenação de uma política internacional para o continente, em oposição ao nazi-fascismo. O principal objetivo da reunião era a aprovação de uma resolução de rompimento que fosse declarado por ocasião da Reunião dos Chanceleres. No entanto, pela recusa das delegações da Argentina e do Chile em assinar a declaração fora aprovada uma resolução que apenas recomendava o rompimento das relações com os países do eixo. O Brasil rompe as relações diplomáticas com a Alemanha em 28 de janeiro de 1942, depois da Reunião dos Chanceleres, e o preço dessa decisão foi o afundamento de navios mercantes na costa brasileira.

Já na preparação da Conferência, vinte e seis países assinam em Washington, como Nações Unidas, a declaração de guerra contra os países do Eixo, em primeiro de janeiro de 1942, o que provoca um protesto argentino ao governo dos Estados Unidos, baseado no fato de que a decisão feria o princípio da “consulta prévia”, consagrado na Declaração de Lima em 1938, o que torna mais delicada a relação da Argentina com os Estados Unidos permitindo ao governo brasileiro, consolidar sua posição de aliado especial, arrancando concessões econômicas e militares dos Estados Unidos, o que poucos países na América conseguiram.

No decorrer da reunião, a delegação norte-americana precisa negociar o apoio de vários países latino-americanos aos seus projetos. Estabeleceram-se acordos bilaterais sobre assistência econômica e financeira, remessa de armas e assistência militar. Foi ainda aprovada uma resolução definindo a cooperação para a proteção das Repúblicas Americanas até que desaparecessem os efeitos do conflito na Europa e no mundo. O Brasil declarou guerra aos países

²²

O ataque japonês a “Pearl Harbor” em 7 de dezembro de 1941 acelera os esforços do governo norte-americano de unificação das nações americanas, que convoca a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.

do eixo em agosto de 1942, com a formalização do estado de beligerância²³ de 31 de agosto daquele ano. Em consequência do estado de beligerância que o mundo vivia o Brasil assinou um convênio político-militar com os Estados Unidos da América, em 27 de maio de 1942²⁴.

Em 30 de Dezembro de 1942, realizou-se no Palácio do Itamarati a posse dos membros brasileiros e norte-americanos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos da América, criada para articular as medidas necessárias a uma cooperação eficiente e normal entre as autoridades militares dos dois países. A Comissão foi constituída por três oficiais brasileiros: General de Divisão Cristóvão de Castro Barcelos, Contra-Almirante Guilherme Rieken, e o Coronel Aviador Carlos Pfaltzgraff Brasil, que nela representavam, respectivamente, o Exército, a Marinha e a Força Aérea do Brasil; e por três oficiais norte-americanos, representantes também de cada um daqueles três elementos da organização militar americana. São eles: para a Marinha, o Contra-Almirante A. Toutant Beauregard e o Capitão-de-Corveta C. W. Lord, para o Exército, o Coronel Francis B. Kane, e para a Força Aérea, o Tenente-Coronel J. C. Selser Júnior.

Em Washington constituiu-se outra Comissão Mista, chefiada pelo General Estevão Leitão de Carvalho, e integrada pelo Vice-Almirante Álvaro Rodrigues de Vasconcelos e Coronel Vasco Alves Seco, representantes do Exército, da Marinha e da Força Aérea Brasileira, e por autoridades militares norte-americanas.

Antes disso, em 18 de outubro de 1941, antes mesmo da Conferência do Rio, Brasil e Estados Unidos haviam concluído um acordo relativo ao fornecimento de informações e artigos de defesa, com o objetivo de estreitar a cooperação para a segurança do continente.

O convênio acordou o estabelecimento de normas e condições que regulariam o concurso de suas forças militares e econômicas na defesa comum do continente americano, o qual foi assinado pelo Ministro das Relações

²³ AHEx. Decreto n. 10.358, que declara o estado de guerra contra a Alemanha e Itália.

²⁴ CARVALHO, Luiz Paulo Macedo (coord.) (1998). *O Exército na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, Salvador: Odebrecht. Vol. 3. p. 164-165. Convênio Político-Militar entre os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América redigido de acordo com as modificações apresentadas pelo Governo norte-americano, em 27 de maio de 1942.

Exteriores do Brasil, Oswaldo Aranha, e pelo embaixador dos Estados Unidos, Jefferson Caffery, conforme trechos abaixo:

Artigo I

a) Ficam criadas duas comissões técnico-militares mistas brasileiro-americanas: uma no Brasil e outra nos Estados Unidos da América. Estas comissões seriam compostas do pessoal do Exército, da Marinha e das Forças Aéreas de ambos os países.

b) Estas comissões ficariam encarregadas da elaboração de planos minuciosos e de estabelecer acordos entre os Estados Maiores, necessários à defesa mútua. Esses planos abrangeriam, entre outros assuntos e medidas, os acordos sobre comando nas zonas de operações que pudessem ser previstos.

c)

Artigo II – O emprego das forças brasileiras seria dentro de seu território; entretanto, em casos especiais, mediante decisão do Governo do Brasil, poderiam ser destacadas para outros pontos do continente, de cuja segurança e defesa tivessem que participar.

Artigo III – No caso de ataque ao território nacional por forças extracontinentais, os Estados Unidos da América dariam auxílio imediato de suas forças para a defesa do Brasil. No caso de ameaça de ataque, os Governos deveriam decidir sobre as medidas preventivas que deveriam ser adotadas, baseadas nos planos preparados pelas comissões mistas. Em todos os casos, as Forças Armadas norte-americanas só poderiam ficar estacionadas em território nacional do Brasil a pedido especial do Governo brasileiro.

Artigo IV – As bases navais e aéreas no território poderiam ser guarnecidas por forças dos Estados Unidos da América, a pedido do Governo brasileiro, ficando as condições de comando e responsabilidade nas zonas de operações, a serem reguladas pelas comissões mistas.

Artigo V – O Governo brasileiro, por solicitação do Governo norte-americano, poderia permitir o estacionamento de formações ou grupos de técnicos e especialistas norte-americanos, em pontos do território brasileiro, como auxiliares das forças militares dos Estados Unidos da América em trânsito ou em operações, e bem assim o uso de suas instalações navais e aeronáuticas.

Artigo VI – O Governo brasileiro facultaria ao Governo norte-americano a construção de depósitos e instalações, inclusive para o pessoal, assim como a organização de que careciam em território nacional, para o reaproveitamento e auxílio de suas formações militares.

Artigo VII – No caso de agressão ao Brasil por outra República americana que, na opinião do Governo dos Estados Unidos da América, seja simpática às potências do Eixo ou por eles instigadas, os Estados Unidos da América forneceriam ao Brasil a assistência necessária à sua segurança nacional e à manutenção no poder daquele Governo. Essa assistência far-se-ia sob a forma de fornecimento de material bélico e, se houvesse pedido formal do Governo do Brasil, ela se converteria também em cooperação das suas Forças Armadas.

Ano II – nº. 06

Dezembro de 2011

Com relação ao Artigo I, o Embaixador Jefferson Caffery em documento²⁵ enviado ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil formaliza claramente a sugestão do Departamento de Estado norte-americano para a criação em Washington da Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, com representações das Instituições militares dos dois países. O embaixador dos EUA coloca ainda, que a Comissão poderia ocupar-se de todos os assuntos técnicos relacionados com a cooperação de defesa, amistosamente e com plena compreensão, em cada caso, das dificuldades peculiares que pudessem existir por parte do Brasil; e também dos armamentos solicitados em várias ocasiões pelo Brasil, formalizando dessa maneira as ações que seriam estabelecidas somente em 1942, com a concretização da situação beligerante do Brasil em relação aos países do eixo.

Os outros artigos definem a postura dos Estados Unidos frente às ameaças externas ao território brasileiro e o interesse da estabilização das relações políticas com o Brasil. Os artigos II, IV, V e VI colocados pelo Convênio seriam estabelecidos de acordo com a necessidade política e militar, no decorrer do ano de 1942 até 1945. O artigo VII poderia representar ainda, o aumento da tensão existente entre a Argentina e o Brasil, tensão essa desenvolvida ao longo da história dos dois países, que disputavam a hegemonia sul-americana.

No entanto, fosse porque o Brasil não quisesse entrar prematuramente por um caminho que conduziria ao abandono da neutralidade; fosse porque julgasse remota a ameaça ao território nacional; ou porque considerasse a defesa da região mais de interesse dos norte-americanos do que dos brasileiros, não foram estabelecidas as bases para a definição de um acordo militar que definisse o posicionamento brasileiro, nem mesmo a presença, no Rio de Janeiro, no segundo semestre de 1941, da Comissão Militar Americana, incumbida de estudar, com o Estado-Maior brasileiro, a organização da defesa do território ameaçado, conseguiu resolver a questão pendente. Ficou, assim, retardada a elaboração do plano de cooperação militar, até a ruptura das relações diplomáticas com as potências do Eixo, em 28 de janeiro de 1942.

²⁵ AHEx. Acervo da FEB. Documentos da Guerra, de 1939-1942. Carta do Embaixador dos EUA, de 18 de fevereiro de 1942, ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil.

Como podemos perceber com a documentação analisada, de fato, os primeiros passos dados no Brasil com a finalidade de imprimir cunho prático à cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos para a defesa do continente foi provocado pela visita do General Marshall, no período de 25 de maio a 07 de junho de 1939. Dessa visita, como das duas que o Chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro fez aos Estados Unidos, não resultou em um plano coerente de cooperação militar. No campo das promessas ficou o governo norte-americano, de auxiliar o Brasil com material, para dar maior eficácia nas ações que o país tivesse de executar. Promessas do governo brasileiro, de organizar convenientemente a defesa do norte e do nordeste contra possíveis ataques de forças militares dos países do Eixo. Só nas promessas parece ter sido tudo a que se chegou nessa ocasião. Promessas que se foram concretizando através de medidas esporádicas, tomadas para atender à pressão dos acontecimentos, enquanto esperavam a solução conjunta do problema.

Das negociações iniciais resultou a concessão à Panair para a construção das bases no Norte e no Nordeste²⁶.

Outras negociações foram conduzidas pelos estadunidenses com o fim de se traçar o plano de defesa da região em que essas bases se encontravam, uma vez que, deslocada, com o consentimento do Estado brasileiro, a defesa estratégica do Canal do Panamá para o Nordeste do Brasil, tinham eles todo interesse que essas bases fossem convenientemente guardadas contra ações diretas ou indiretas, do inimigo eventual.

A questão da defesa estratégica continental pode ser observada claramente no Relatório do Chefe do Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos ao Secretário da Guerra, relativo aos anos de 1941-1943, que declara, *“ser vital para a segurança do Canal do Panamá que os diferentes caminhos da*

26

AHEx. Acervo da FEB. Relatório Geral do Chefe da Delegação Brasileira à Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, Washington, 1945, p. 01. Com relação à história da empresa, a **Panair do Brasil S.A.** foi uma das companhias aéreas pioneiras do país. Nasceu como subsidiária de uma empresa norte-americana, a NYRBA (New York-Rio-Buenos Aires), em 1929. Incorporada pela Pan Am em 1930, teve seu nome modificado de *Nyrba do Brasil* para *Panair do Brasil*, em referência à empresa controladora (**Pan** American **Airways**).

*aproximação, através do território brasileiro, estejam em mão amigas e adequadamente guardados*²⁷.

Como verificamos, foi com a entrada dos Estados Unidos na guerra, seguida da reunião de consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos países americanos, no Rio de Janeiro, que deu à questão um caráter de gravidade aguda, que necessitava urgente solução.

O fracasso das negociações anteriores havia gerado um ambiente difícil para o êxito dos entendimentos. Aliaram-se Brasil e Estados Unidos a novos estudos de cooperação, dos quais resultou o Acordo de 23 de maio de 1942 (Convênio político-militar para regularizar os problemas de defesa), que previa a constituição de duas comissões mista, compostas por militares dos dois países, uma com sede no Rio de Janeiro, e outra com sede em Washington. Para constituir a comissão de Washington, foi designada a Delegação brasileira nos últimos dias de julho, e um mês antes da entrada do Brasil na guerra.

A Comissão Mista de Washington foi instalada, a 25 de agosto de 1942, entrando a questão em sua fase final, sendo examinada a partir daquele momento com mais objetividade. Segundo o General Estevão Leitão de Carvalho, inspirava as duas Delegações o propósito de eliminar de vez as divergências que, durante tanto tempo, haviam impedido que se chegasse a resultados práticos²⁸.

O fundamento dessas divergências nunca foi claramente exposto, mas tudo leva a crer que resultou, em grande parte, na crença, existente entre autoridades militares brasileiras, de que a organização da defesa do Nordeste interessava mais aos Estados Unidos, cuja segurança estratégica serviria. O Brasil deveria tirar proveito da situação para dar um grande avanço na modernização do equipamento industrial e de transporte, como também, obter material bélico destinado à defesa do Sul e do Sudoeste. As negociações falharam, quando levadas por esse caminho. Por demais, não se tinham fixado,

Ano II – nº. 06

²⁷ AHEx. Acervo da FEB. Relatório Geral do Chefe da Delegação Brasileira à Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, Washington, 1945, p. 2.

²⁸ AHEx. Acervo da FEB. Relatório Geral do Chefe da Delegação Brasileira à Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, Washington, 1945, p. 4.

em números precisos, com se fazia necessário, desde o primeiro momento, as necessidades de material e efetivo a empregar no Nordeste brasileiro.

As primeiras questões submetidas a estudo na Comissão de Washington consistiram em assuntos especiais de interesse imediato, referentes à regulamentação das atividades militares no Norte e Nordeste brasileiro e ao fornecimento de alguns materiais para o Brasil, recomendações que sugeriam: entrega de 18 aviões A-29 à Força Aérea Brasileira, para o patrulhamento da costa norte e nordeste do Brasil, em colaboração com a Marinha dos Estados Unidos; segurança da base militar e regime disciplinar dos soldados e marinheiros, no Brasil; centralização, em Washington, das comissões brasileiras de compra de material bélico; fornecimento de armas automáticas para a defesa imediata dos campos de aviação, aeródromos, zonas de abastecimento de combustível e instalações de defesa das zonas de Belém, Natal e Recife; e o estabelecimento de enfermarias hospitalares norte-americanas no território brasileiro em que estavam localizadas as Bases utilizadas pelos norte-americanos.

Dos estudos preliminares ficara evidenciada a necessidade de um maior entendimento da Comissão Mista de Washington com as autoridades militares brasileiras, para conhecer-lhes a opinião sobre questões de caráter fundamental no traçado do plano para a colaboração projetada.

Como podemos verificar nessa discussão, o apoio ao governo brasileiro veio principalmente por meio de assuntos militares, apesar do governo Vargas ter se tornado um regime autoritário, após a instalação do Estado Novo em 1937, e dos insinuantes acenos de boa vontade de autoridades brasileiras para com a política nazi-fascista. Roosevelt seguia a tradicional política dos Estados Unidos de reconhecerem governos de *facto*²⁹, independente de sua composição política ou do processo como chegaram ao poder.

O interesse do governo norte-americano não era no estado ideológico do governo Vargas, e sim mantê-lo cooperativo e útil aos interesses dos Estados Unidos. E a Vargas, tudo indica que interessava mais sua política nacional desenvolvimentista do que a questão ideológica do seu regime. Havia a

²⁹ McCANN, Frank D. (1995). *A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Bibliex, p. 17.

necessidade de manter o Brasil longe dos interesses comunistas e fascistas. Vargas se tornou o preferido, o mal menor, melhor que o desconforto de um regime político contrário aos interesses norte-americanos, dentro do continente.

O contexto da política internacional americana parece um jogo de xadrez, com as apostas de Vargas numa falsa neutralidade, mas com todos os indícios levando-o para o alinhamento com os Estados Unidos da América e o afastando da Europa. Seria o Brasil o principal obstáculo as atividades do Eixo na América do Sul, mas para isso era preciso armá-lo e só os Estados Unidos tinham condições para realizar tal tarefa. O Brasil armado representava a defesa da metade da América do Sul e a certeza da cooperação com a segurança do restante.

Ao final, percebe-se que a intenção norte-americana em apoiar algumas nações latino-americanas, só se deu com a necessidade de manter um ambiente continental estável e favorável à sua atuação no Teatro de Operações da Europa, facilitando suas atividades militares.

Para os oficiais do Estado-Maior do Exército, ao final da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado do Exército norte-americano, mostrou a necessidade de profunda reorganização e modernização do Exército. As considerações finais do Relatório Anual do EME, de 1945, estabelecem um grito de alerta para essas modificações, inclusive enfatizando para o fato da necessidade de se adotar a organização e a doutrina militar americana, baseada na motomecanização, para tanto, ainda esperava-se o auxílio dos Estados Unidos da América.

Referências Bibliográficas:

CAMILO, Vagner (2002). ***O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado***. Rio de Janeiro: PUC-RJ; São Paulo: Loyola.

CONN, Stetson e FAIRCHILD, Byron (2000). ***A Estrutura de Defesa do Hemisfério Ocidental, o exército dos EUA na Segunda Guerra Mundial***. Tradução de Luis César Silveira da Fonseca. Biblioteca do Exército: Rio de Janeiro.

Dezembro de 2011

Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército (1996). Compilado pelo Coronel Diniz Esteves. Brasília: Edição do EME.

MC CANN, Frank D (1995). ***A Aliança Brasil – EUA, 1937 a 1945***. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

MOTTA, Jehovah (1998). ***Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944***. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

MOURA, Gerson (1980). ***Autonomia na Dependência: a Política Externa brasileira de 1935 a 1942***. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

RHB
HMM

REVISTA BRASILEIRA
DE
HISTÓRIA MILITAR

Ano II – nº. 06

Dezembro de 2011